

Liberdade e equidade em perspectiva cristã: por uma teologia progressista e negra na América Latina. O caso do Discipulado Justiça e Reconciliação e Nossa Igreja Brasileira/RJ.

Rita Gonçalo¹

Resumo

Desde séculos ulteriores, o cristianismo evangélico procurou oferecer um lugar a essas frações às margens da cidade por meio de uma “teologia prática”, que procura construir um espaço de inserção, oferecendo um horizonte ao público que anseia por respostas às suas demandas sociorreligiosas. Um dos exemplos desse movimento é a igreja negra cristã, descendente das reformas protestantes vinculadas ao pentecostalismo entre os séculos XVIII ao XX, incluindo a participação de minorias sociais que tiveram atuação determinante para a sua disseminação. Uma teologia negra e progressista direcionada a práticas que reconheçam a singularidade do legado afroamericano e afrolatino e que levam em conta as realidades políticas e sociais dos não brancos são aspectos que constituem o caráter progressista da fé cristã evangélica. Deste modo, o presente trabalho aborda a respeito da capacidade de convergência reformatória da religião, cuja materialidade se dá na expressão de teologias libertárias e dialéticas. O aspecto teórico-metodológico do texto se baseia em revisão bibliográfica e no acompanhamento das atividades de grupo (*Shadowing*), apresentando dois modelos de atuação social evangélica no Rio de Janeiro que possuem caráter progressista expressos em uma fé política: O Discipulado Justiça e Reconciliação e a Nossa Igreja Brasileira.

Palavras-chave: Teologia negra; Progressismo evangélico; Liberdade; Política.

Abstract

Since later centuries, evangelical Christianity has tried to offer a place to these fractions on the shores of the city by means of a "practical theology", which seeks to construct a space of insertion, offering a horizon to the public that wish for answers to its socioreligious demands. One of the examples of this movement is the Christian Black church, descended from Protestant reforms linked to Pentecostalism between the eighteenth and twentieth centuries, including the participation of social minorities that played a decisive role in their dissemination. A black and progressive theology directed at practices that recognize the uniqueness of the Afro-American and Afro-Latin legacy and which take into account the political and social realities of nonwhites are aspects that constitute the progressive character of the evangelical Christian faith. In this way, the present work deals with the capacity of reformatory convergence of religion, whose materiality occurs in the expression of libertarian and dialectical theologies. The theoretical-methodological aspect of the text is based on a bibliographical review and the follow-up of the group activities (*Shadowing*), presenting two models of evangelical social activity in Rio de Janeiro that have a progressive character expressed in a political faith: Discipulado Justiça e Reconciliação and Nossa Igreja Brasileira.

Keywords: Black Theology; Evangelical Progressism; Freedom; Politics

¹ Socióloga, pesquisadora em Religiões e Cidades, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ. E-mail: ritagoncalo@ufrj.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca contribuir ao panorama das reflexões sobre o cristianismo progressista no Brasil, apresentando contextos nos quais a vertente evangélica associada às ações em educação política resgata as práticas de transformação positiva da realidade, do desenvolvimento social e comunitário. Para tratar dessa temática, abordaremos as práticas do movimento de discipulado *Justiça e Reconciliação* e da igreja cristã evangélica *Nossa Igreja Brasileira*, ambos presentes na cidade do Rio de Janeiro, tendo como foco a atuação evangélica frente aos debates sobre raça, classe e conjunturas consideradas marginais.

Num primeiro momento o texto apresenta reflexões sobre a concepção de liberdade no cristianismo postulado pela Reforma Protestante, para, em seguida, refletir como essa noção foi aderida pelos movimentos reformadores ligados ao pentecostalismo e à formação da igreja negra, assentada em uma ideologia de resistência. Essa operação desdobra-se na exposição do movimento progressista evangélico na contemporaneidade urbana que, em si mesmo, é um movimento reformador dentro do próprio cristianismo, pois procura resgatar os avanços históricos que ocorreram na religião desde a instituição da reforma primitiva.

A escolha pelos evangélicos se justifica em função da crescente expansão da religião na cena contemporânea, bem como da pluralidade de movimentos que emergem na esfera social capitaneados por dirigentes de igrejas e/ou lideranças sociais evangélicas. Para além da descrição da formação de valores nos fiéis, minha proposta é compreender como essas práticas educacionais e de formação política têm efeitos na vida comunitária. Trata-se de pensar, com efeito, de que maneira o cristianismo evangélico altera, interfere ou cria valores e posturas com relação à transformação de uma conjuntura; em que medida essas ações não se amoldam a configurações meramente utilitaristas e até onde se engajam, efetivamente, em um repertório de ações que demandam por direitos e dignificação dos sujeitos, ligadas ao conteúdo de suas crenças e de seus compromissos institucionais.

A metodologia de pesquisa deste artigo compreende duas ferramentas teórico-metodológicas: a revisão bibliográfica de fontes que tratam sobre os movimentos evangélicos, e o método *Shadowing*, que consiste no acompanhamento das atividades de um grupo ou usuário. No *Shadowing* o observador não interrompe

o grupo nem esboça entrevistas semi-estruturadas, mas privilegia a observação e a escuta interativa, como forma de entender determinados contextos. O Shadowing foi executado entre os anos 2018 e 2019, quando do período de aproximação das ações do Discipulado Justiça e Reconciliação e da Nossa Igreja Brasileira. Utilizo como referenciais teóricos trabalhos como o de Emerson Powery, Rodney Sadler Jr. e Jorge Hage Pádua, historiadores da religião, que pesquisaram sobre a gênese da teologia libertadora no cristianismo afroamericano e afrolatino. As produções oriundas das Teologias da Libertação e Missão Integral são igualmente consideradas, com textos que tratam sobre a teologia progressista e o desempenho de seus adeptos em contextos urbanos brasileiros.

2. COMPREENDER: PRÁXIS E EQUIDADE NO CRISTIANISMO REFORMADOR

Desde os primórdios do cristianismo existe a concepção de que a convivência baseada no mandamento da comunhão e da liberdade pregados por Jesus dirigem a sociedade para uma nova forma de organização social, tal como descrito no livro de Atos dos Apóstolos:

[...] e naquele dia agregaram-se quase três mil almas que perseveravam nos ensinamentos dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações. Em todos os homens havia o principio do respeito ao outro, e muitas maravilhas e sinais se faziam por meio deles. Todos os que criam nesse ideal estavam juntos, e tinham tudo em comum. Vendiam os bens que possuíam em excesso, e repartiam com todos segundo a necessidade de cada um. Perseveravam unânimes todos os dias no templo, e repartindo os alimentos comiam juntos com alegria e singeleza de coração." (Atos, Capítulo 2, versos 41-46)²

O entendimento sobre a práxis libertadora foi instituído inicialmente pelo reformador João Calvino (1509-1564), um teólogo humanista que escrevia e ensinava uma teologia bíblica a expressar o valor do homem diante do Deus cristão. O calvinismo é um pensamento filosófico e político cuja convicção primeira postula a ideia de que o Criador está presente em todos os domínios da existência humana, seja física, espiritual ou intelectual. A crença num deus soberano, bondoso e justo

² Bíblia Sagrada "A Mensagem", tradução de Eugene Peterson (2011). O fragmento citado é extraído de uma tradução contemporânea da Bíblia com base nos manuscritos originais que traz uma linguagem cotidiana às narrativas bíblicas, porém preservando seus eventos e ideias.

pressupõe princípios específicos para os que vivem essa fé, dentre os quais se encaixam primordialmente a promoção da igualdade e liberdade na práxis cristã, provocando a desinstalação de uma religiosidade com fortes evidências fundamentalistas que regem as relações humanas, que pode torná-las vazias de sentido existencial (AZEVEDO, 2007). Ainda, na ideologia calvinista do Evangelho libertador, homens e mulheres não estão alienados do seu tempo: ao contrário, devem ser agentes de transformação histórica.

Nessa corrente, acredita-se que o Evangelho³ é um componente libertador que resulta numa nova consciência de vida. Azevedo (2007, p. 181) esclarece que “segundo a teologia da práxis e da equidade, homens e mulheres alcançados pela graça libertadora de Cristo não podem viver interessados apenas em sua própria salvação, pois tal atitude reflete egoísmo”. A expressão da verdadeira fé não está apenas na dinâmica da espiritualidade individual, mas também encontra espaço no exercício de uma ética solidária, comunitária e social. O tema da libertação contempla não apenas um princípio jurídico, mas se reflete em uma perspectiva integral da vida. Deste modo, a teologia cristã evangélica assume uma atitude positiva diante da ordem política vigente. Tendo como base a figura de Jesus e suas posições políticas, igualitárias e humanitárias, esta sensibilidade religiosa se traduz na construção de um espírito democrático, de defesa da liberdade individual, dos direitos humanos e da consciência de si diante da ordem do mundo.

O cristianismo reformador trabalha com a perspectiva de que o ser humano existe para exercer sua capacidade de autocompreensão e de autoexpressão. Significa então dizer que a consciência é geradora e formadora de uma identidade - pessoal e social. Para tanto, a vertente religiosa encontra nas vias da comunicabilidade da linguagem seu grande veículo de expressão para a formação de uma consciência política nos indivíduos, para que a ética da liberdade encontre sua expressão objetivamente inteligível. A liberdade – sobretudo liberdade de consciência - passa a ser um tema fundamental desde a teologia de Calvino até as formações evangélicas progressistas contemporâneas. Não a liberdade como eliminação de vínculos, mas como fortalecimento destes, como assunção do senso de responsabilidade com o próximo. Neste sentido, cada vez mais grupos

³ Entendido aqui como os ensinamentos práticos da vida de Jesus nas ações históricas relatadas pelos evangelhos canônicos (os livros de Mateus, Marcos, Lucas e João).

evangélicos que adotam essa praxis têm pleiteado uma postura afirmativa e de empoderamento na esfera pública, como forma de luta por melhores condições de existencia humana e para traçar novas perspectivas nas lutas populares.

3. ORIGENS HISTÓRICAS DO PROGRESSISMO EVANGÉLICO

A historia do cristianismo evangélico aponta que a religião tem desempenhado um papel importante na promoção da reforma social, em especial nas vertentes dopentecostalismo. O movimento pentecostal descende dos avivamentos ocorridos dentro das denominações de protestantismo histórico no século XVIII nos EUA. Rejeitando a teologia e a prática de fé formalista dessas denominações, no pentecostalismo a ideologia de santificação e prosperidade se aliava à luta política, trazendo para seu seio tanto um potencial de resistência à dominação econômica como a força da cultura das minorias com seus símbolos, canções e ritmos (FREESTON, 1994).

Segundo Powery e Sadler Jr., autores do livro *A Gênese da Libertação* (*The Genesis of Liberation*, em inglês), os afroamericanos foram os precursores desse movimento que alia o cristianismo a uma fé libertadora. Africanos escravizados abraçaram a religião de seus captores, que usaram a Bíblia para justificar o brutal comércio transatlântico de escravos. Diz os autores que estes sujeitos negros encontraram no texto bíblico não apenas um Deus sobrenatural oferecendo bênçãos espirituais, “mas um Deus aqui e agora que se preocupava principalmente com os oprimidos, agindo histórica e escatologicamente para libertar os oprimidos de seus agressores” - sobretudo em referencia aos relatos de libertação de cativos no Antigo Testamento. “Eles também encontraram Jesus, um Salvador sofredor como eles, cuja vida e lutas se igualavam às suas próprias lutas” (POWERY & SADLER JR., 2016, p. 16).

Nas narrativas bíblicas que descreveram esses personagens, os africanos escravizados encontraram razões para crer não apenas no poder libertador do Deus da Escritura, mas na ênfase libertadora da própria Escritura. Porque aprenderam que a Bíblia não denegriria a identidade africana, assim eles foram capazes de usá-la para fundamentar sua humanidade, subversivamente para rebater leituras supremacistas baseadas na Bíblia; para validar seu direito de ser livre e funcionar

como iguais na nação norte-americana. Esse contexto foi decisivo para a história afroamericanos, porque criou uma comunidade de fé que posteriormente se expandiu para a formação da igreja negra americana na década de 1730, proporcionando a estes sujeitos uma ideologia de resistência. De acordo com o sociólogo Dante Stewart (2018), nesse contexto eram mantidas reuniões noturnas populares devido à violenta animosidade. Quando possível, homens e mulheres negros percorriam estradas escarpadas para levar a mensagem do evangelho, proclamando a salvação dos empregados domésticos, tecelões e catadores de algodão cujos corpos e espíritos eram minados todos os dias pela escravidão.

Frederick Douglass, abolicionista, uma das mais proeminentes figuras da história dos afroamericanos e dos EUA, relatava em meados do século XIX (1817-1895) - acerca das expectativas religiosas dos negros nos Estados Unidos - que a natureza da mensagem cristã é conceder liberdade ao seu próximo, e que sua práxis consiste não somente na liberdade, mas sobretudo na denúncia das ações obscurecedoras das inteligências (DOUGLASS, 2015[1855]). Outro negro de grande importância na história cristã negra foi William Joseph Seymour, filho de escravos, integrante do Movimento Reformador da Igreja de Deus, nos anos 1880 em Indiana. William Seymour pode ser considerado como o precursor do pentecostalismo norte-americano, quando deu início, entre 1906 a 1909, às atividades da Igreja Metodista Africana na Rua Azusa, Los Angeles. Após receber o batismo com o Espírito Santo, William e seus companheiros protagonizaram um novo modo litúrgico de cultuar a Deus por meio da oralidade em outras línguas, gestualidades corporais e outras práticas espontâneas, comuns à cultura afro e singularmente despóticas à rigidez e ao convencionalismo das igrejas protestantes tradicionais da época.

O interesse pela emancipação política dos sujeitos esteve presente desde então nos arranjos cristãos de afroamericanos, interessados em descobrir como se vive de fato o evangelho nas suas categorias e expressões autenticamente negras. Com formulações que despertavam a consciência acerca do fenômeno da servidão humana e da sua injustiça, a igreja negra americana anunciava que “o Deus da Bíblia é sempre o Deus que liberta, e que assume o acolhimento e defesa aos oprimidos e escravizados” (PÁDUA, 1999). As mensagens tinham por foco a

memória de que por todo o Antigo Testamento, Deus pediu aos israelitas que lembrassem o êxodo do Egito e como ele os salvou da escravidão. A libertação da opressão sofrida no Egito pelos judeus mostra que “o Deus da fé bíblica revela-se sempre nas intempéries, a fim de libertar o seu povo e rebanho, sendo um Deus que conduz na direção da justiça e do direito” (PÁDUA, 1999, p. 151).

Nos séculos subsequentes, a igreja negra americana tinha como âncora de suas ações a vida comunitária, advogando a justiça social. A igreja negra era parte integrante do movimento dos direitos civis tendo forte participação de outras minorias sociais, que desde os primórdios do movimento tiveram atuação determinante para a disseminação dessa manifestação de fé popular. Particularmente no Sul dos Estados Unidos, a igreja negra tornou-se um instrumento importante na promoção do ativismo social baseado nos ideais de “responsabilidade social” e “boas obras” (POWERY & SADLER JR, 2016, p. 58). Do movimento abolicionista norte-americano ao movimento dos direitos civis dos anos 1960, os líderes religiosos cristãos defenderam causas políticas progressistas que influenciaram radicalmente as estruturas sociais e as mentalidades de seus seguidores. Muitos destes defenderam ainda os direitos dos trabalhadores, o sufrágio das mulheres e a resistência à intervenção do Estado nos ditames da vida humana.

4. POR UMA TEOLOGIA NEGRA E DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA

A teologia negra norte-americana da libertação nasceu no sul dos EUA, quando os negros criaram uma instituição invisível, ao se reunirem de noite nas senzalas e nas plantações para oferecer culto ao Deus que lhes daria a libertação. No século XX, seus desdobramentos ocorreram não só nas comunidades afro dos Estados Unidos, como também por toda a América do Norte, expandindo-se pelas zonas caribenha, latinoamericana e no Brasil.

O termo “teologia negra” remonta ao ano de 1966 (PÁDUA, 1999), quando perceberam os negros que poderiam experimentar o cristianismo a partir de suas próprias experiências. Dentro de uma perspectiva da epistemologia afrocristã a sistematização da experiência negra no cristianismo é recente, pelo fato de a

comunidade negra estar, até então, desprovida de instrumentos convencionais de elaboração teológica: eram poucos os negros que estudavam em seminários ou escolas de teologia, e isso diz respeito tanto aos negros norte-americanos como aos do Brasil e da América Latina. Não obstante, as possibilidades de expansão e irradiação da teologia negra se deram na década de 1960 e 70, com teóricos como Vicente Mulago (*Simbolismo religioso africano*, 1979) e James Cone (*Said I wasn't gonna tell nobody: the making of a Black theologian*, 1983), cujas obras resgatam o fazer cristão na história do mundo a partir de um lugar de enunciação negro, nas ações de personagens como frei São Martinho (1579-1639), Santo Antonio de Categeró (?-1549) e Josefina Bakhita (1869-1947).

A teologia negra é uma teologia contextual e igualmente situacional: Busca compreender a situação da negritude na experiência cristã, que abre perspectivas para um autêntico pensamento religioso negro. Ela se assume como uma teologia comprometida com o real e concreto, bem como com os valores da cultura negra que atravessa continentes, os quais não podem ser suprimidos por um padrão eurocêntrico de vivência cristã. A teologia negra visa dissolver as prenoções perpetradas pela Igreja ocidental ao legado africano na cultura e na religião, reconhecendo este em sua alteridade. A teologia negra propõe uma reflexão enraizada nas cosmovisões culturais e religiosas dos próprios negros, começando pelo culto praticado por diversas comunidades afrocatólicas. Identifica-se como tarefa principal da teologia negra “ajudar a comunidade afro a compreender a sua fé no emaranhado tecido e na mistura das experiências religiosas” (DUSSEL, 2016), pressupondo a superação absoluta das “representatividades”, onde teólogos negros são aqueles que não falam mais “em nome de” um referencial distante, mas “a partir de” seu próprio lugar de fala e experiência. Entre as principais características do cristianismo e teologia negra estão a oralidade como tradição, a musicalidade, a corporeidade, a relação com a cultura popular, a caridade como prática, e o senso de comunidade

A história do cristianismo pela visão e enunciação dos não brancos também adquiriu expressões significativas no contexto brasileiro. O desejo de falar de uma perspectiva negra abriu um chamado para novas lideranças negras a um diálogo pluriuniversal, transmoderno e decolonial. O contexto situacional em que o negro

cristão brasileiro inicia sua ação militante é, especialmente, o de revoluções sociais. Podemos citar no Brasil como figuras protestantes negras Agostinho José Pereira: negro, alfaiate, letrado, teve contato com protestantes luteranos estrangeiros que passaram por Recife, sua cidade natal, e então converteu-se ao cristianismo. Fundou a Igreja do Divino Mestre, considerada a primeira igreja evangélica do país, com mais de 300 membros, onde ele alfabetizava a todos. A Igreja do Divino Mestre era mística e teologicamente negra. Falava da libertação bíblica, esperança de uma vida livre da escravidão, o povo negro como a primeira criação humana de Deus e um Cristo não branco. Citava em suas pregações a revolução do Haiti e a insurreição escrava nos modos dos negros mulçumanos na Bahia (SILVA, 2011). Sua postura era progressista e subversiva ao seu tempo.

João Cândido, o “almirante negro”, membro da Igreja Metodista de São João de Meriti, liderou a Revolta da Chibata - um importante movimento social ocorrido no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, que reivindicava a dignidade de condições trabalhistas e sociais aos marinheiros pretos. João Pedro Teixeira, líder camponês negro, crente da Igreja Evangélica Presbiteriana, fundou a Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, associação criada por trabalhadores do campo como forma de organização política e ajuda mútua. Solano Trindade, recifense, teve ação importante para a valorização da cultura brasileira na igreja protestante. Estudou no Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco e foi o criador de uma poesia assumidamente negra. Ele chegou a ser diácono da Igreja Presbiteriana, fazia poemas e citava trechos bíblicos de modo extremamente lírico, voltado principalmente para a temática da crucificação de Jesus no Gólgota e sua relação de companheirismo com os apóstolos Pedro, Tiago e João evangelista.

As décadas de 1960 a 80 vivenciaram o contexto das ditaduras e o acirramento das ideologias políticas no mundo. Esses conflitos e polarizações criaram a necessidade de se construir um pensamento cristão evangélico ainda mais vinculado aos contextos sociais e políticos. Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos (protagonizado por líderes como Martin Luther King, Malcolm X e Rosa Parks), Partido das Panteras Negras, Movimento racial nos EUA são exemplos de frentes que promoveram a crítica e denúncia ao capitalismo como tecnologia que fomenta o racismo. No contexto brasileiro, esta paisagem estimulou o surgimento

das Teologias da Libertação e Missão Integral, Movimento Negro Evangélico (MNE), bem como outras frentes cristãs ligados à periferia e produções a partir da favela, no sentido de transmitir ao sujeito negro, marginalizado, uma ética política e existencial.

5. FRENTES EVANGÉLICAS PROGRESSISTAS: MOBILIZAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Como vimos, nas décadas que se seguiram ao auge dos movimentos sociais dos anos 1960 sensíveis transformações ocorreram tanto no campo dos movimentos sociais - e, conseqüentemente, nas elaborações teóricas a respeito destes -, quanto no terreno da configuração do campo da religião. Sendo assim, é necessário considerar a importância crescente das igrejas evangélicas na reconfiguração do associativismo local e o papel que as redes sociais evangélicas têm para esses processos de mobilização.

Em referência às importantes transformações quantitativas e qualitativas no campo religioso brasileiro nas últimas décadas do século XX e início do XXI, verifica-se que os recenseamentos demográficos realizados pelo IBGE revelam a intensificação da expansão dos evangélicos no Brasil. O Censo de 2010 aponta que nos últimos 10 anos manteve-se estável a proporção de cristãos, o que indica tanto o aumento dos evangélicos quanto uma migração de católicos para as correntes evangélicas. Por sua vez, os evangélicos somam mais de 42 milhões de pessoas, constituindo cerca de 23% da população brasileira, atuando nas camadas urbanas, como importantes referências espirituais e como figuras centrais nos movimentos sociais. Destes evangélicos, a maior parte é ligada às denominações pentecostais e neopentecostais (25,3 milhões), evidenciando que a crescente expansão do cristianismo evangélico está diretamente relacionada com a difusão e a diversificação do pentecostalismo.

Apesar do crescimento vertiginoso dos evangélicos no Brasil, é importante ressaltar que suas posições políticas não são necessariamente equânimes. Podemos afirmar que hoje lidamos com duas realidades eclesiais em confronto dentro do cristianismo evangélico: um discurso que se fortalece cada vez mais como sendo conservador e menos igualitário (especialmente em relação ao gênero); e

outro inconformado com essa ordem, que procura resgatar os avanços que ocorreram desde a instituição da reforma calvinista. É nesse bojo que ganha força o progressismo cristão, uma tendência dentro do cristianismo que interpreta, por meio das Escrituras, que indivíduos organizados através de um modelo socialista seria a estrutura que mais se aproxima do modelo de sociedade que preze pelo amor, pela caridade, por uma fé consciente e pelos demais ensinamentos de Jesus. Em termos políticos, os evangélicos progressistas compreendem que toda a cristandade não pode deixar de buscar o sentido social do ensinamento. Dentre as linhas teológicas atuais marcadas por este pensamento temos a Teologia da Libertação, Teologia da Missão Integral como principais correntes.

Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina na década de 1960. Considerada um movimento supradenominacional, apartidário e inclusivista de teologia política, engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais. Foi descrita pelos seus proponentes como reinterpretação analítica e antropológica da fé cristã, em vista dos problemas sociais (MONTERO, 2006). Ademais, a Teologia da Libertação está diretamente relacionada ao movimento ecumênico, que busca o retorno à união e comunhão de todas as religiões cristãs. Um de seus principais expoentes no Brasil é o teólogo Leonardo Boff, e uma das pautas centrais do movimento foi – e continua sendo - o incentivo às lutas sociais.

Por sua vez, a Teologia da Missão Integral – TMI é a expressão conceitual de um movimento de renovação missiológica das igrejas evangélicas na América Latina, cujas origens remontam ao I CLADE – Congresso Latinoamericano de Evangelização, em Bogotá, e à fundação da Fraternidade Teológica Latinoamericana, ambos em 1969. A Conferência do Nordeste também se enquadra nesse esforço concietual de renovação das ações de responsabilidade social das igrejas evangélicas brasileiras. Realizada em 1962 na cidade de Recife, a Conferência foi o resultado do aprofundamento do pensamento e da ação de um grupo de cristãos que descobriram a necessidade de participar da construção da nacionalidade brasileira. Este movimento tinha um caráter leigo em sua origem. Não nasceu por iniciativa de pastores, mas pela inquietação de estudantes, seminaristas

e universitários, instigados à busca pela participação da igreja nas lutas sociais do povo (Confederação Evangélica do Brasil, 1962).

A Conferência do Nordeste teve como tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Na década de 60, vários grupos militantes começavam a se articular na busca de transformações mais radicais. Faltava, porém, a presença da igreja evangélica naquele cenário. A escolha do tema, portanto, visava expressar o realismo do encontro entre a mensagem cristã e a realidade social brasileira. A Conferência pretendia levar o movimento igreja e sociedade a outro nível de participação nas lutas sociais que estavam acontecendo no país. No documento da conferência pode-se ver as seguintes considerações:

A Conferência do Nordeste marcou um *turning-point* na história do Setor de Responsabilidade Social da Igreja e mesmo da própria Confederação Evangélica do Brasil. Um dos aspectos positivos que podemos citar como verdadeiro dividendo da Conferência foi a **tomada de consciência** pelas igrejas representadas na reunião, da realidade presente do Brasil. Há uma realidade que nos desafia no momento presente, perguntando-nos, em angústia, qual é a resposta da Igreja, como intérprete da vontade de Deus para a vida da comunidade, à crise em que se debate a nossa Pátria nos dias que correm. (CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, 1962, p. 13).

Esses esforços conjuntos que impulsionaram o surgimento da Teologia da Missão Integral – TMI estão na insatisfação que seus proponentes manifestavam no tocante à unilateralidade da compreensão evangélica da missão da igreja que, ao praticar a evangelização, não dava atenção suficiente à ação e ao serviço social (PADILLA, 2014). Daí o adjetivo “integral” em sua descrição de missão: esta integra a evangelização e a ação social, a fé e a consciência crítica, a espiritualidade e o compromisso político. Daí, também, deriva o slogan que caracteriza em parte a Teologia da Missão Integral: “*O Evangelho todo, para a pessoa como um todo, em todo o mundo, para todas as pessoas*” (PADILLA, 2014, p.19).

A Teologia da Missão Integral representa um deslocamento do modo como se fazia e pensava a missão da igreja no mundo, não tendo como ponto de partida a conquista civilizatória, a imposição proselitista e nem o convencimento sectário. Essa nova teologia pautou-se numa virada antropocêntrica da visão religiosa cristã, cujas bases seriam a visão integralista da condição humana e a necessidade de uma nova leitura dos preceitos bíblicos para sua concepção de ser-cristão-no-

mundo. Tal concepção é condição mesma para a possibilidade de solidariedade social no seu sentido mais amplo, a tomada de consciência do cristão “engajado e ativo”, tendo uma prática religiosa que seja atinente aos acontecimentos do mundo.

Essa religiosidade aliada à vida política tem faces análogas ao que Hannah Arendt (1983) propõe como vida social *activa*: exercer a faculdade do juízo, esta intimamente relacionada à capacidade de pensar, cuja forma apropriada do pensamento se traduz numa concepção crítica. Arendt entende o conceito de vida activa relacionando-o às esferas nas quais estão localizadas as atividades humanas: a esfera privada e a pública. A retomada dessa concepção indica que os níveis individual e político não estão apartados, o que apresenta outra possibilidade de pensar o modo de vida das sociedades contemporâneas, estimulando o cristão a uma ação de engajamento e revolução.

A Missão Integral ousou partir do questionamento dos discursos evangélicos alinhados às forças da dominação e da opressão. Buscam, desta forma, aplicar os ensinamentos bíblicos em uma leitura política da realidade alinhada a sistemas de discipulado⁴, ação social e diálogo ecumênico entre as religiões. A TMI no Brasil ganhou força nas igrejas evangélicas históricas, como batistas e metodistas, e também possui adeptos no segmento pentecostal das periferias urbanas, em particular na Baixada Fluminense (no Rio de Janeiro) e nas zonas sul e leste de São Paulo. A agenda evangélica da Teologia da Missão Integral, de caráter progressista, não se traduz numa frente político-partidária, posto que interessa-os defender as pautas da justiça social e as demandas populares.

Sendo assim, as Teologias da Libertação e Missão Integral em articulação com os movimentos sociais têm tido impacto particularmente significativo no desenvolvimento da chamada “esquerda evangélica”, representada no Brasil por igrejas e associações cristãs que expressam objetivos semelhantes no que tange ao socialismo democrático, abraçando causas que envolvem questões como justiça social e racial, igualdade de gênero e o apoio à defesa das minorias religiosas.

As redes evangélicas progressistas trabalham em favor da valorização de pessoas e das relações, gerando aumento de autoestima e espírito laborioso no

⁴*Discipulado* corresponde a práticas de ensino focados no aprendizado e compartilhamento das vivências de Jesus relatadas nos Evangelhos, de modo que cada seguidor tem por missão assumir o compromisso de viver um cotidiano prático tanto mais fidedigno e próximo aos ensinamentos de Cristo.

indivíduo, mas também fomentam a ajuda mútua por meio de laços de confiança, lealdade e solidariedade comunitária. Possuem uma estrutura horizontal e uma pluralidade interna, que confronta as percepções das lideranças cristãs ortodoxas sobre temas como homossexualidade, raça, papéis de gênero, política social, entre outros. Essas redes, em geral, operam segundo uma lógica de deslocamento de fronteiras e ressignificação ou redescrição de práticas. Isto significa dizer que esses movimentos possuem forte caráter ideológico-formativo, cuja dimensão interfere nas opiniões e posições dos atores, problematizando os sistemas conservadores vigentes no grupo evangélico.

Um caráter reformador dos novos movimentos sociais evangélicos é o convite a participar da vida pública em sociedade, bem como a capacidade de reconfiguração de seus respectivos ideários frente às mudanças culturais. De acordo com Machado (2013, p. 46), “é possível perceber a influência dos outros campos do conhecimento na religião evangélica - em particular das Ciências Sociais - nas novas interpretações da Bíblia, que começam a se difundir no interior da tradição evangélica”. Outro aspecto importante que as redes progressistas evangélicas têm buscado privilegiar é justamente o elemento identitário na formação do movimento (MELUCCI, 2001), em especial a dimensão da identidade coletiva que mobiliza e dá certa unidade ao próprio conceito de formação cultural, política e democrática.

A agenda progressista do movimento evangélico (particularmente seu foco em servir os excluídos às margens da sociedade) pode ser uma opção atrativa para cristãos que buscam alternativas ao dogmatismo percebido nesse segmento religioso. Os progressistas evangélicos revelam uma postura política voltada para o acolhimento dos sujeitos à base da pirâmide social – entendido aqui como os não-brancos, as mulheres, os pobres, os migrantes e demais minorias. Desta forma, ecoam uma resposta neste chamado à ação concreta na dignificação da pessoa humana proposta pela teologia da práxis libertadora, afirmando a necessidade de a Igreja se voltar para uma prática que leve em conta as realidades políticas e sociais. Além desses fatores, um elemento de importância no progressismo evangélico é o fomento à socialização dos adeptos (principalmente os jovens) ao universo reflexivo e filosófico baseado nas Escrituras, que ensina-os a ler a Bíblia criticamente e a problematizar temas bíblicos e linhas narrativas que dialogam com

suas próprias experiências de vida. É com base nesta perspectiva que buscamos conhecer e apresentar a aplicação dos princípios teológicos, transculturais e políticos com os casos do Discipulado Justiça e Reconciliação e da Nossa Igreja Brasileira - NIB, cujas práticas seguem o intuito de fazer com que os seguidores utilizem a hermenêutica política da Bíblia para intervirem como agentes de transformação na realidade em que se inserem.

6. DISCIPULADO “JUSTIÇA E RECONCILIAÇÃO”

Consideramos destacar o *Discipulado Justiça e Reconciliação – DJR* como um dos movimentos evangélicos progressistas da atualidade em que o paradigma é a transformação da realidade política de seus integrantes. O DJR consiste em um discipulado cristão idealizado pelo pastor e cientista da religião Marco Davi de Oliveira na década de 1990. Surgido durante a militância de Marco Davi nos movimentos de moradia na favela de Heliópolis, zona sul de São Paulo, o DJR teve por inspiração a viagem do pastor Marco Davi à África do Sul, onde esteve na ilha Robin em que Nelson Mandela ficou preso durante 18 anos (OLIVEIRA, 2010). O pastor percebeu aquele como um lugar de irradiação de um protagonismo afrocentrado, e que tal horizonte precisava ganhar espaço no contexto cristão brasileiro. Desse *insight* surgiu então a ideia de compor o Discipulado Justiça e Reconciliação, um programa de estudos bíblicos baseado numa perspectiva “afrocentrada”⁵, que visa refletir sobre assuntos concernentes as questões dos negros no Brasil. São temas de estudo no DJR o racismo dentro e fora da Igreja, a identidade negra, negritude, branquitude, ideologia de branqueamento, racismo estrutural. O programa possui forte adesão das camadas jovens de universidades e movimentos sociais engajados nas questões raciais.

O Discipulado Justiça e Reconciliação - DJR é totalmente independente de qualquer igreja ou denominação. Dele podem participar pessoas oriundas de qualquer crença. No Rio de Janeiro (nosso recorte geográfico) o DJR agrega evangélicos e não evangélicos, acadêmicos, professores da rede pública de ensino,

⁵ Uma perspectiva afrocentrada é aquela que vincula a ancestralidade africana à experiência diaspórica do negro na construção de um novo conhecimento sobre o mundo. Isso pode ser apropriado para inúmeras linguagens da vida social, incluindo a da religião cristã protestante. Cf. FLORES & AMORIM, 2011.

militantes negros, lideranças comunitárias e outros perfis de diferentes atuações. São, majoritariamente, moradores das zonas Norte e Oeste da cidade, bem como de municípios da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti). Apesar de ser uma rede itinerante, o DJR tem como célula de referência uma residência no bairro da Tijuca, onde geralmente são realizados os encontros do discipulado e demais ações do movimento.

O estilo de vida proposto pela fé cristã por intermédio da leitura bíblica aplicada à realidade dá novos contornos ao pensamento aplicado no Discipulado Justiça e Reconciliação. A Bíblia passa a ser não somente símbolo de orientação, mas manual de luta e resistência na vida política. O objetivo do discipulado é promover diálogos que denunciem o racismo, desconstruam a intolerância e promovam a igualdade cristã e social, tendo como público-alvo principal a juventude negra evangélica.

Através de estudos bíblicos, reflexões teológicas e análises de epistemologias negras (como a do pensador marxista Franz Fanon), o discipulado promove a conscientização dos integrantes pela sua realidade social e pelo sistema que está presente nas igrejas evangélicas – muitas vezes conservador, que nega a identidade negra e apóia a intolerância às raízes culturais afrobrasileiras. Neste sentido, o DJR postula a necessidade do reconhecimento da diferença, assim como a necessidade da descolonização da vivência religiosa evangélica, fortemente marcada pelo *habitus* das denominações tradicionais, fundadas no país por missionários europeus e norte-americanos que para cá trouxeram sua cultura e seus costumes litúrgicos e estéticos. Além de articular com as demandas da luta de classes entre negros evangélicos, o Justiça e Reconciliação também conclama pela liberdade de costumes e práticas culturais negras, como, por exemplo, o uso estético e político de turbantes e adornos afro por mulheres e homens evangélicos dentro e fora dos templos de culto evangélico, assim como a difusão dos ritmos, estética e culinária afrobrasileira nas liturgias ou eventos promovidos por denominações evangélicas.

O objeto de reflexão norteadora do discipulado é aquele já apontado pelos levantamentos oficiais do IBGE e demais pesquisas institucionais: os evangélicos hoje representam quase 30% da população nacional, e são, em sua maioria, negros e pobres. Embora as denominações evangélicas brasileiras sejam etnicamente

negras, elas ainda não são eticamente negras, uma vez que “demonizam” muitas práticas culturais ligadas à origem afro.

Ao longo do livro *Peles negras, máscaras brancas*, um dos referenciais teóricos do Justiça e Reconciliação, Frantz Fanon trabalha diversas situações que abrem o debate sobre o ser negro nos seus diversos âmbitos, incluindo o religioso. Argumenta Fanon que “a ontologia em que se funda a religião protestante nas Américas não permite compreender o ser do negro, uma vez que em muitos países e denominações cristãs o negro precisou sê-lo diante do branco” (2008, p. 104). Sendo assim, durante séculos não se desenvolveu uma práxis negra por parte da igreja evangélica (majoritariamente preta), justamente por não existir um estado de consciência que faça essa igreja se entender enquanto parte integrante de uma realidade social e cultural negra na América Latina. Por isso o DJR trabalha pela valorização da tradição negra na religião evangélica, e incentiva a ocupação dos pretosevangélica em todos os espaços de ressonância política - não apenas guetos ou periferias.

Em uma das reuniões do Discipulado que acompanhei, Marco Davi faz referência à dialética da colonização desde os tempos bíblicos para compreender como se dá a perspectiva da liberdade defendida pelo Discipulado. Citando a narrativa do livro de Daniel⁶, lembra que o exército do rei da Babilônia, Nabucodonosor, tomou o território caldeu (uma vertente da genealogia hebraica) na região de Ur, que hoje corresponde ao norte do Iraque. Ao formar uma nova equipe de servidores do reino, Nabucodonosor ordena que se escolham jovens hebreus e de famílias nobres. Eles deviam ser de boa aparência, perfeitos fisicamente, inteligentes, instruídos e com capacidade para servir no palácio. Também deveriam aprender o idioma e estudar os escritos babilônicos. O processo de cooptação prossegue com a anulação da identidade judaica de Daniel, que agora teria de aprender tudo sobre o povo colonizador, receber outra língua, outros costumes e outros sentidos, para que suas memórias fossem afetadas e mudadas, esquecendo suas origens e tudo o que haviam apreendido de sua história cultural. Da mesma forma ocorreram com os povos colonizados na América Latina – em especial os

⁶ Daniel era um jovem de família judaico-crista, hebreu da tribo de Judá, que foi cooptado para servir no reino de Nabucodonosor. Lá foi levado a aprender, por imposição, outra cultura, língua e costumes; teve seu nome mudado para Beltessazar, e passou a servir como intérprete do rei em questões culturais e místicas.

negros então cristanizados, aos quais foram desmanteladas sua línguas e práticas culturais, elementos aglutinadores que dão sentido ao seu povo.

Nota-se que na comunidade evangélica muitos negros e negras ainda estão reféns de uma “cultura gospel” despossuída das contribuições que a identidade negra trouxe para a expansão da religião evangélica – em especial a vertente pentecostal no Brasil. Tais sujeitos não conhecem a história de seus antepassados, das lideranças negras cristãs, tampouco aceitam as lutas passadas daqueles que morreram para que eles estivessem alcançando êxitos. Muitos deles estão anestesiados por ideais cristãos oriundos do Norte, que exerce sobre o cristianismo evangélico atual uma força descomunal, a ponto de negarem a identidade afro numa religião que preza pela igualdade dos homens.

Portanto, a proposta do *Justiça e Reconciliação* está em viver o cristianismo sob uma perspectiva cristocêntrica – pautada nos ideais de igualdade, comunhão, apoio mútuo e liberdade -, por um viés afrocêntrico – que difunde a resistência diante de práticas cristãs missionárias que levaram a perda de identidade da população negra evangélica. Defendendo o princípio de que os pentecostais também são de matriz africana – por isso grande parte dos negros religiosos estão nas igrejas pentecostais -, Marco Davi chama a atenção para as questões sociais que influenciaram essa escolha (por ser uma religião de forte presença nas camadas populares), e também por notar certa “africanidade” marcante na liturgia pentecostal. Nesse contexto, o cristianismo evangélico, portanto, não deveria ser instrumento de segregação entre os negros, mas sim de unificação e religação na luta por ações que venham favorecer e valorizar a cultura negra. O DJR, além de uma educação libertadora, postula a igualdade racial nas igrejas evangélicas sem demonizar os ritmos, a cultura e o jeito de ser negro. Por outro lado, também reivindica um diálogo mais próximos com os militantes de matrizes africanas, para que estes percebam que a história dos povos negros no Brasil está em constante transformação, e muitos negros evangélicos têm somado forças com suas lutas e militâncias pela igualdade racial.

7. NOSSA IGREJA BRASILEIRA - NIB

Ao perceber que havia não apenas uma lacuna de publicações de literaturas que tratem da relação da Igreja com os negros, mas também um vácuo de atividades ministeriais voltadas ao acolhimento de vítimas de racismo e ao diálogo com os membros sobre a importância de estudos da negritude, o pastor Marco Davi se propôs a responder este hiato com a implantação de uma igreja genuinamente brasileira, intitulada Nossa Igreja Brasileira - NIB.

A NIB foi criada em março de 2018 no Rio de Janeiro sob a inspiração de aproximar a relação dos negros com a igreja evangélica brasileira, conscientizando-os de sua história, sua valorização, e despertando nesses sujeitos um chamado ao protagonismo negro dentro e fora da igreja. A proposta da NIB é conversar com a cultura brasileira e suas expressões, e também ser uma igreja que acolhe todo perfil de público que queria seguir a Deus. Querem mostrar que tudo que é bom vem de Deus, assim como a música negra cristã, a estética negra, as gestualidades, a comida afro...o *ethos* negro em sua integralidade. A NIB adota uma perspectiva em não abandonar o legado de oração e intercessão cristãos, bem como tentar dialogar a partir de outros vieses e perspectivas, e não a partir de uma tradição demarcada ou eurocêntrica. Buscam discutir questões como racismo, feminicídio, patriarcado, pessoas em situação de cárcere a partir da perspectiva cristã evangélica.

A NIB atualmente tem cultos aos domingos na parte da manhã em um sobrado no Largo de São Francisco da Prainha, bairro da Saúde - região portuária da cidade do Rio também conhecida como “Pequena África”, pelo seu legado arqueológico, cultural e antropológico dos negros escravizados que chegaram à cidade através do porto carioca. A Nossa Igreja Brasileira tem um público de frequentadores regulares estimado em 40 pessoas, e planeja realizar cultos também no horário da noite, para atrair uma comunidade maior de fiéis. Além dos cultos, os integrantes da NIB realizam reuniões mensais com grupos formados por mulheres e outro por homens em espaços não confessionais. O grupo feminino se chama Madalenas, e o masculino chama-se Zé João.

Os dirigentes da NIB procuram valorizar a figura feminina protagonizando as pregações e mensagens dos cultos dominicais. As preleções normalmente focam em discutir problemáticas sociais do nosso tempo à luz da Bíblia. Além da figura de Marco Davi, outro dirigente da congregação é o jovem João Bigon, um dos membros

fundadores da igreja. João é oriundo de uma família evangélica musical, cujos integrantes tocavam instrumentos e cantavam em um coral da igreja Assembleia de Deus. Na NIB João teve uma identificação com a música evangélica em ritmos brasileiros, como o samba, e esse fator o fez adotar a Nossa Igreja Brasileira como a congregação em que poderia realizar o seu ministério. Nos cultos, ele detém uma performance carregada de gestualidade e movimentos, bem característicos na música negra. João aprendeu essa performance assistindo aos vídeos de seus artistas negros favoritos. Ele afirma que na igreja anterior não se sentia livre para adotar tais movimentos no culto, e que na NIB pode adorar a Deus de maneira mais autônoma, independente. Para João, a música é curativa, em todos os seus aspectos e expressões.

As canções entoadas durante as celebrações possuem sonoridades vindas de raízes africanas, combinadas com letras que abordam a consciência social e a valorização da afrodescendência perante a cultura cristã no Brasil contemporâneo. As músicas são compostas, em sua maioria, pelos músicos Douglas e Rodnei, sambistas, que são membros da NIB. Outras canções foram resgatadas pelo pastor Marco Davi do repertório de melodias cristãs e seculares que falam de superação das opressões sociais e luta pela igualdade.

O tema da liberdade permeia todos cultos que a NIB realiza. Frases ditas durante a celebração como “*que possamos continuar nessa esperança da liberdade que irá nos livrar da opressão*” são recorrentes. Pergunto o que eles consideram como sendo opressão. João argumenta que, no meio evangélico, o termo “opressão” tem a ver com uma espécie de sufocamento, sofrimento ou angústia espiritual provocados pelo pecado. A teologia da NIB retraduz esse significado à luz das opressões sociais. Para eles, opressão seria todo tipo de desumanização que a sociedade produz, que também pode ser considerado como pecado, uma vez que o termo *pecado* é comumente utilizado para descrever qualquer desobediência à vontade de Deus.

Nos cultos os dirigentes usam frequentemente expressões como “arraial” e “quilombo”, próprias da perspectiva de territorialidade negra. Quilombo tem a ver com a idéia de uma comunidade viva, orgânica; relacionada com o Brasil e com a nossa cultura, que é atravessada pela africanidade. Eles entendem que é importante

usar esses termos pelo momento político em que a NIB se assume – de manifestação e afirmação de uma identidade negra cristã em meio a forças hegemônicas tradicionais.

O termo quilombo, inclusive, foi apropriado pela Nossa Igreja Brasileira para criar os Pequenos Quilombos - PQs, que são grupos pequenos de estudo bíblico (normalmente conhecidos como “células” nas igrejas tradicionais). Na NIB, os Pequenos Quilombos são espaços de discussão, reflexão, leitura bíblica e comunhão. Os membros se reúnem para estudarem a Bíblia tendo como base as pregações nas celebrações que refletem os problemas sociais experimentados no dia-a-dia. Os PQs são formados por pessoas a partir dos 14 anos de idade, salvo algumas exceções de pré-adolescentes que consigam acompanhar as discussões. Podem participar dos PQs aqueles que se tornam membros da Nossa Igreja Brasileira ou que se converteram ao evangelho de Jesus e desejam ser batizados formalmente. Os núcleos são estabelecidos no grande Rio e Baixada Fluminense. Atualmente os Pequenos Quilombos ocorrem semanalmente nas regiões da Tijuca, Vila da Penha e Duque de Caxias.

Assim como nos quilombos antigos os negros formavam uma espécie de nova sociedade onde os sonhos eram alimentados pela liberdade que sentiam e pelo ideal de luta para manterem as suas terras, costumes e cultura, os Pequenos Quilombos da NIB têm como fonte de análise das demandas da vida cotidiana, para que estes assuntos não se distanciem do referencial cristão de vida diária em comunhão, justiça e equidade de todos para todos.

Em um culto que participei na igreja em 2019 não pude deixar de sensibilizar-me com uma cena que vi. Nos momentos finais da celebração, eles cantam a música “Carvalhos de Justiça”⁷. De autoria do músico cristão Josué Gonçalves baseada no texto bíblico de Isaías 61, a canção fez bastante sucesso nos anos 1980. A árvore do carvalho simboliza força, resistência, e eles tomam essa metáfora como princípio para vencer as injustiças e os delitos sociais. A música é um

⁷ O Espírito do Senhor Deus está sobre mim / Porque o Senhor me ungiu a pregar Boa Nova aos quebrantados / E enviou-me a curar os quebrantados de coração / E a livrar todos os cativos / E a por em liberdade todos os algemados / E apregoar o ano aceitável do Senhor / E o dia da vingança do nosso Deus / A consolar todos os que choram / E a por sobre os que em Sião de luto estão / Uma coroa ao invés de cinzas / Óleo de alegria ao invés de pranto / Vestes de louvor ao invés de espírito angustiado / A fim de que se chamem / Carvalhos de justiça / Plantados pelo Senhor / Para a sua glória.
(Josué Rodrigues, álbum **Tempo**, LP Vinil, 1987).

manifesto a um mundo por mais integridade, direitos iguais, honestidade, e por uma sociedade mais justa.

Extasiada por aquela sonoridade, olho pela janela e percebo um morador de rua – negro, pele craquelada pela sujeira do cotidiano - catando comida, garrafas pet e outros materiais recicláveis de um cerco de lixo no largo da Prainha. Onde estaria a merecida emancipação política a este homem? Em Jesus? Nos movimentos sociais? Na Nossa Igreja Brasileira talvez?

Só sei que gostaria muito que a liberdade entoada na música “Carvalhos de Justiça” chegasse àquele homem também.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo evangélico atual tem sido portador de múltiplos movimentos teológico-políticos que vem impactando o espaço público. Sendo assim, este trabalho se propôs a contextualizar brevemente o escopo teológico do pensamento evangélico negro e progressista e suas frentes de atuação nas camadas urbanas. Destaquei a importância de se observar o socialismo evangélico e seus processos sem perder de vista a heterogeneidade presente neste amplo grupo. Para tanto, discorri sobre o modelo das atuações do Discipulado Justiça e Reconciliação e da Nossa Igreja Brasileira – NIB como protagonistas recentes dessa vertente do cristianismo evangélico contemporâneo que passou a problematizar e ressignificar o que significava ser evangélico no Brasil, abordando as questões de identidade, alteridade, e experiência cristã dialogando com a cultura.

Chamo a atenção para necessidade de visibilizar esses movimentos reformadores que pretendem proclamar o protagonismo negro evangélico não reproduzindo a lógica dos discursos dominantes conservadores, bem como difundir os princípios de equidade e justiça social por meio da mensagem cristã. Despontando arquétipos negativos e colaborando para a construção de uma unidade cristã na Diversidade, a perspectiva da teologia evangélica negra e progressista não está pautada apenas na dinâmica da espiritualidade individual, mas também encontra espaço no exercício de uma ética solidária, comunitária e social. Estes grupos assumem hoje uma atitude positiva diante da ordem política vigente. Tendo como base a figura de Jesus e suas posições políticas, igualitárias e humanitárias,



Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 31, ago. 2019 – ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

esta sensibilidade religiosa se traduz na construção de um espírito democrático, de defesa da liberdade individual, dos direitos humanos e da consciência de si.

9. REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- AZEVEDO, Marcos Agostini Farias. **A liberdade cristã em Calvino: uma resposta ao mundo contemporâneo**. Tese de doutorado, 418 p. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2007.
- BARRETO JR., Raimundo César. **A Conferência do Nordeste e o Movimento Igreja e Sociedade**. Revista Ultimato, Janeiro-Fevereiro 2008. Disponível em <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/310/a-conferencia-do-nordeste-e-o-movimento-igreja-e-sociedade>. Acesso em: 15 mai. 2018.
- BERNARDO, Johnny. **O lugar do negro é sempre o de protagonismo, dentro e fora da Igreja**. Entrevista com o pastor Marco Davi Oliveira, 23/01/2018. Disponível em: <https://ativismoprotestante.wordpress.com/2018/01/23/o-lugar-do-negro-e-sempre-o-de-protagonismo-dentro-e-fora-da-igreja-declara-marco-oliveira/>. Acesso em: 23 mai. 2019.
- CONE, James H. **O Deus dos oprimidos**. São Paulo : Paulinas, 1985.
- _____. **Said I wasn't gonna tell nobody: the making of a Black theologian**. New Jersey: Hardcover, 2018 [1983].
- CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL (CEB). **Conferência do Nordeste: Cristo e o proceso revolucionário brasileiro**. Recife: Departamento de Estudos da CEB, 1962.
- DISCIPULADO JUSTIÇA E RECONCILIAÇÃO (Blog). Disponível em <https://discipuladojr.wordpress.com/>. Acesso em: 10 out. 2017.
- DISCIPULADO JUSTIÇA E RECONCILIAÇÃO (Website). Disponível em <http://www.justicaereconciliacao.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2017.
- DOUGLASS, Frederick. **The future of colored race**. Seattle: CreateSpace Independent Publishing, 2015 [1886].
- DUSSEL, Enrique. **Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação**. Revista Sociedade e Estado, vol. 31, n. 1, Jan-Abr 2016.
- FLORES, Elio Chaves; AMORIM, Alessandro. **Protagonismo negro numa perspectiva afrocentrada**. Revista Brasileira do Caribe, São Luís, vol. 11, n. 22, p. 59-78, Jan-Jun 2011.
- FRESTON, Paul. **Breve história do pentecostalismo brasileiro**. In: Antoniazzi, Antonio. (Org.). Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 87-120.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução: Renato Silveira. Salvador: Editora UFBA, 2008 [1975].
- _____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IBGE. RESULTADOS DO CENSO 2010 – **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm. Acesso em: outubro de 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Pesquisa com líderes religiosos: questões éticas e metodológicas**. Revista Estudos de Sociologia, 34(18), p. 39-56, jan-jun. 2013.

_____. **Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais**. In: Revista Estudos Feministas, 13(2), Florianópolis, p. 387-396, Mai-Ago 2005.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTERO, Paula. **Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 7(4), p. 47-65, 2006.

MULAGO, Vicente. **Simbolismo religioso africano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979.

OLIVEIRA, Marco Davi. **Fé e transformação social: a influencia da religião no movimento de moradia na favela de Heliópolis**. São Bernardo do Campo, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Metodista de São Paulo – SP. Dissertação de mestrado. 354p, 2010.

PADILLA, René. **Missão Integral: o reino de Deus e a Igreja**. Belo Horizonte: Ultimato, 2014.

PÁDUA, Jorge Hage. **Teologia negra da libertação. Expressão teológica dos oprimidos na América Latina**. Estudos Teológicos, v. 39, n. 2, p. 143-166, 1999.

POWERY, Emerson; SADLEY JR., Rodney. **The Genesis of Liberation: Biblical Interpretation in the Antebellum Narratives of the Enslaved**. Boston: Paperback, 2016.

SILVA, Hernani Francisco. **O movimento negro evangélico. Um mover do Espírito Santo**. São Paulo: Selo Editorial Negritude Cristã, 2011.

STEWART, Dante. **Wy the enslaved adopted the religion of their masters – and transformed it**. Christianity Today: Cristian History, Early Modern, 2018, February. Disponível em <https://www.christianitytoday.com/history/2018/february/why-enslaved-african-americans-stayed-christian.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

UNISINOS. **Cristãos negros, e não por acaso**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505912-cristaos-negros-e-nao-por-acaso>. Acesso em: 20 mai. 2019.